

Teorização do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974 – Ficha de obra

Autor BRAMÃO, Alberto		Ano de publicação 1899
Título completo da obra <i>O Jornalismo: Conferência Realizada na Sede da Associação dos Jornalistas de Lisboa</i>		
Tema principal Conjuntura jornalística		
Local de edição: Lisboa	Editora: Tipografia da Rua da Barroca, n.º 72	Número de páginas: 44
Cotas em bibliotecas		
Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto		Cota: M4-4-55 (21)
<p>Esboço biográfico do autor: Sobre Alberto Allen Pereira de Sequeira Bramão (1865-1944) poucas ou nenhuma referências podem encontrar-se em obras actuais. Colega de infância de Raul Brandão, ligou-se como este, na sua juventude, ao grupo dos nefelibatas portuenses. As actividades a que se dedica são, sobretudo, o jornalismo - desde bem jovem - e a criação poética. Se bem que tenha feito algumas aproximações à estética decandentista que à época era o "último grito", a sua poesia acaba por revelar quase sempre um romântico tardio. Como republicano convicto, Alberto Bramão foi preso nos últimos anos da Monarquia e depois de liberto enveredou por uma activa carreira política bem como por um jornalismo muito mais crítico e mordaz. No final da carreira, enquanto desempenhava importante papel como deputado Regenerador e secretário de Hintze Ribeiro na presidência de ministérios (foi o primeiro a sugerir e levar perante a Assembleia uma proposta de Lei defendendo a possibilidade do divórcio), Alberto Bramão escreveu várias obras memorialistas, livros de impressões e recolhas de crónicas que traçam um quadro notável de uma das épocas mais conturbadas da nossa história e que demonstram a própria importância do autor na sua época e a relevância do seu papel.</p>		
Índice:		
[Não tem índice]		
Explicação		5

I	Introdução ao tema.....	9
II	Criação da Escola de Jornalismo.....	12
III	A situação jornalística em Portugal.....	17
IV	Como remediar o mal.....	21
V	O jornalismo estrangeiro	23
VI	Divagação sobre vida pessoal/profissional.....	27
VII	Conclusão.....	41

Resumo da Obra:

O Jornalismo, de Alberto Bramão, é a versão escrita de uma conferência que o autor fez a pedido da Associação dos Jornalistas de Lisboa, à qual pertencia, para definir o “honesto equilíbrio entre a missão moral do jornalista e o seu interesse prático” vencendo a grande dificuldade que representa “sustentar a equidade profissional dentro da necessidade financeira”. (p. VI)

Ainda na “Explicação”, primeiro ponto do seu texto, o autor começa por definir o jornalismo como uma “gloriosa instituição” com “alta influência social” (p. VII) O autor procura, seguidamente, reflectir sobre a questão “Qual a maneira de elevar o jornalismo?”. Para lhe responder, Bramão começa por assinalar o debate que se fazia na altura sobre a conveniência de uma escola de jornalismo em Portugal, à semelhança do que acontecia no estrangeiro. No entanto, sem aprofundar a questão, parte logo para a distinção entre os jornalistas portugueses e os estrangeiros, pois, diz ele, não havia “salvo algumas poucas excepções, jornalistas portugueses à maneira dos jornalistas estrangeiros” (p. 13). E porquê? O autor responde: “Alguns dos mais brilhantes espíritos da nossa imprensa diária, os que não desanimaram diante das asperezas da profissão, circunscreveram o seu talento ao único ramo jornalístico capaz de compensar a enormidade dos seus esforços: a política. O artigo de fundo passou a ser quase a única aspiração dos trabalhadores da imprensa diária. E assim acontece com alguns dos nossos mais afamados jornalistas: são simplesmente políticos que escrevem, e que norteiam as questões ao sabor de interesses mais ou menos partidários ou pessoais” (p.13). Ao contrário, prossegue Bramão, “Os verdadeiros jornalistas, nos países em que esta profissão verdadeiramente existe, têm, como principal característica a faculdade de urdir, em boa prosa, impressões sobre todos os acontecimentos, o que não quer dizer que se não dediquem de preferência, para maior intensidade da sua obra, a uma ou outra especialidade. São homens de instrução variadíssima, embora, às vezes superficial, de rápido golpe de vista sobre os factos, de inteligência poderosamente assimiladora e de prontas faculdades de trabalho.” (pp.13 - 14) Assim, para se triunfar no jornalismo no estrangeiro, era preciso, salienta o autor, “possuir uma completa vocação, (...) talento, e (...) ter uma contínua aplicação ao trabalho, que absorve o tempo todo, não deixando grande margem para acumulação de profissões”. Infere-se, assim, das palavras de Bramão que os jornalistas portugueses, na viragem do século XIX para o XX, eram pessoas que acumulavam uma outra profissão com o jornalismo. Porém, ter em Portugal jornalistas inteiramente dedicados a essa profissão seria, à época, “impossível, pela razão única e suficiente de não haver jornal que pague aos seus redactores o indispensável para eles viverem exclusivamente disso” (p. 14). Consequentemente, Bramão considera inútil ter uma escola superior de jornalismo num país onde esta actividade não é vista como “verdadeira profissão” (p. 16).

Outra razão avançada por Bramão para a não criação de um curso de jornalismo tem a ver com a impossibilidade de ensinar tão vasta matéria: “dentro do jornalismo cabe o universo inteiro”, releva (p.15). Além disso, para ele “a prova do valor jornalístico não pode ser tirada em exames (...) porque sendo o jornalismo constituído por empresas particulares, de nada valeria o diploma de jornalista conferido pelo júris, a coacções e a erros. A prova do valor jornalístico só se verifica como a prova do valor guerreiro – no campo de batalha.” (p. 15). Segundo Alberto Bramão, não é, portanto, “com diplomas de bacharelato que os jornalistas podem autenticar as suas faculdades” (p. 16). Pelo contrário, as virtudes de um jornalista, segundo Bramão, são o talento e o trabalho: “Já o disse um poeta (...): com talento e um caderno de papel, está um homem armado para a imortalidade.” (p.16)

Diagnosticando a situação do jornalismo nacional, Alberto Bramão reflecte sobre as reduzidas tiragens dos jornais e sobre a concorrência exacerbada, ironizando ao salientar que “Há jornais que chegam a quase a esta coisa fantástica – de terem mais colaboradores do que leitores.” (p. 17). A taxa de analfabetismo, que, segundo o

autor, rondava 80% da população, também não contribuía para a prosperidade das empresas jornalísticas.

Esta situação trazia consequências, de acordo com o autor: “Desta forma, o dono do jornal pensa apenas numa secção, a única de que o jornal é pretexto: o artigo político. Todas as outras secções merecem-lhe maior desprezo. Portanto, em vez de escolher para elas homens com habilitações especiais, com ilustração e talento, a quem teria de dar uma remuneração condigna, aceita para cooperadores os primeiros microcéfalos que lhe aparecem com desejo de dizer tolices gratuitamente, e com a única aspiração de bilhetes de teatro e regalias vaidosas de redactores.” (p.19) Resultado desta política? “Uma rumorosa desordem de notícias sem importância, escritas com má ortografia e impressas em péssimo papel.” (p.20).

A falta de recursos e a deficiente qualidade dos colaboradores, segundo Bramão, punham o problema da qualidade jornalística. “Porque também é este um caso muito curioso e creio que peculiar do nosso país: não é o jornal que dirige a opinião pública; a opinião pública é que dirige o jornal. O proprietário orienta-se pelo gosto da multidão.” (p.20). E que a multidão quer, interpretando o autor, é sensacionalismo, que não é sinónimo de qualidade, pois o jornalista, na visão de Bramão, deveria procurar não deixar “a impressão sugestionadora”, mas antes “lograr a que o sereno espírito dos leitores meça friamente até que ponto vai a verdade” (p. 27). “Qual a maneira de remediar o mal? Se a deficiência jornalística provém principalmente da deficiência financeira, visto que a colaboração gratuita nos jornais é o único recurso que os proprietários encontram para manter a propriedade, a maneira de remediar o mal seria uma única: valorizar licitamente todos os elementos de que o jornal dispõe”(p.21), explica Bramão. Ao jornalista compete, assim, “dar todo o relevo do seu talento e do seu carácter à obra que produz”; ao empresário do jornal compete “desenvolver os recursos financeiros, de forma a assegurar ao jornalista uma remuneração que o livre de contingências menos dignas”, pois “não pode haver independência sem lastro na algibeira”. (p. 29) “A economia encerra a independência e a dignidade” (p. 37), exclama o autor.

Em termos práticos, como Bramão pretendia que os jornais se tornassem em prósperas empresas jornalísticas? Através da venda de “artigos ou notícias de carácter mercantil” (p. 34) e publicitário.

No final do seu texto, o autor recorda, em jeito de síntese conclusiva, que só empresas jornalísticas financeiramente saudáveis podem pagar a bons jornalistas que se dediquem exclusivamente ao jornalismo e se pautem pela independência, “atmosfera em que se mantém e se desenvolve a delicada flor da verdadeira dignidade” (p. 41).

Autor: Joana Oliveira

E-mail: nanita_ju@hotmail.com